

Edição v. 38  
número 3 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (3)  
dez/2019-mar/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## O PESSOAL É POLÍTICO NA REVISTA AZMINA: Legitimação pelo testemunho e demandas por reconhecimento nos textos sobre maternidade

## PERSONAL IS POLITICAL IN AZMINA MAGAZINE: Testimony legitimization and recognition demands in texts on maternity

**ELIZA BACHEGA CASADEI**

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) – São Paulo, SP, Brasil.  
E-mail: elizacasadei@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0003-2810-8702.

**MARTHA ALVAREZ LOPES MAKITA**

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) – São Paulo, SP, Brasil.  
E-mail: marthalopes@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3251-4837.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

CASADEI, Eliza Bacheга; MAKITA, Martha Alvarez Lopes. O PESSOAL É POLÍTICO NA REVISTA AZMINA: legitimação pelo testemunho e demandas por reconhecimento nos textos sobre maternidade. Contracampo, Niterói, v. 38, n.3, p. 150-163, dez./mar. 2019.

**Enviado em: 11/04/2019. Revisor A: 28/8/2019; Revisor B: 25/8/2019. Aceito em: 26/08/2019.**

**DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28480>**

## Resumo

A partir da análise de textos sobre maternidade publicados na revista AzMina entre setembro de 2015 e maio de 2018, o presente artigo tem como objetivo analisar quais são os campos discursivos que articulam as demandas por justiça materializadas nos testemunhos da revista e a forma como tais testemunhos se coadunam a esferas de reconhecimento de uma pluralidade de formas possíveis de maternidade. Para isso, estudaremos os textos a partir dos modelos de reconhecimento propostos por Honneth (2003): a saber, as ligações emotivas fortes, a adjudicação de direitos e o reconhecimento social. Nesse sentido, analisaremos as problemáticas em torno do reconhecimento nas articulações de vozes dessa publicação (em termos dos testemunhos que assumem o primeiro plano e aqueles que são silenciados) e as demandas por justiça e reconhecimento associadas a esses testemunhos.

### Palavras-chave

Maternidade; AzMina; Testemunho; Legitimação; Reconhecimento.

## Abstract

Based on the analysis of texts on maternity published in the journal AzMina between September 2015 and May 2018, this article aims to analyze which are the discursive fields that articulate demands for justice materialized in the publication testimonies and the way in which such testimonies are consistent with recognition spheres of a plurality of possible forms of motherhood. For this, we will study texts from recognition models proposed by Honneth (2003): strong emotional connections, adjudication of rights and orientation by values. We will analyze the recognition issues in the articulations of voices in this publication (in terms of the testimonies that assume the foreground and those that are silenced) and the demands for justice and recognition associated with these testimonies.

### Keywords

Maternity; AzMina; Testimony; Legitimation; Recognition.

## Introdução

O reconhecimento social de formas plurais de subjetividade e o relato de si são, para Butler (2015), atos performativos interconectados. Isso porque a constituição de um eu narrativo não se limita à constituição de um sujeito ensimesmado, mas corresponde, principalmente, à interpelação de um pedido de alteridade – que se constrói não apenas em uma dimensão retórica, mas conectada às próprias partilhas entre os modos legitimados de ser no mundo. Segundo as palavras da autora, quando eu narro a mim mesmo, há a solicitação de um reconhecimento como postura ética, posto que “estou fazendo alguma coisa com esse ‘eu’ – elaborando-o e posicionando-o em relação a uma audiência real ou imaginária”. E, assim, a autora se indaga: “qual parte desse ‘contar’ corresponde a uma ação sobre o outro, uma nova produção do ‘eu’?” (BUTLER, 2015, p. 88-89), remetendo ao processo dinâmico de interdependência entre as formas de reconhecimento e o testemunho.

A partir dessas reflexões, o objetivo do presente artigo é analisar, conforme detalharemos a seguir, como a publicação feminista AzMina utiliza discursivamente o testemunho na articulação de suas narrativas sobre maternidade a partir dos modelos de reconhecimento propostos por Honneth (2003). Com isso, procuramos estudar estratégias discursivas a partir das quais a imprensa alternativa feminista busca se constituir como um espaço de luta por alteridade e reconhecimento de formas plurais de subjetividade.

## O reconhecimento e os sujeitos de direito

A partir do questionamento sobre quais são as condições em que os indivíduos passam a se enxergar como sujeitos de direito, Honneth (2003, p. 156) coloca o reconhecimento como categoria analítica central para a resposta a essa questão. Nesse sentido, as transformações normativas das sociedades estariam imbricadas às “lutas moralmente motivadas de grupos sociais” em “sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco”. Nesse sentido, Fraser (2017, p. 279) discorre sobre o fato de que ser falsamente reconhecido “não é simplesmente ser menosprezado ou desvalorizado nas atitudes conscientes ou crenças mentais dos outros”, mas que “trata-se antes de ter negado o status de parceiro integral nas interações sociais e de ser impedido de participar como um igual na vida social”, não necessariamente desde a perspectiva de uma desigualdade distributiva, mas como consequência de padrões institucionalizados de interpretação e avaliação.

Para Ricoeur (2006, p. 110), o testemunho é um dos lugares socialmente demarcados em que o reconhecimento opera, posto que, “ao inaugurar a ideia de capacidade pelo poder dizer, conferimos de saída à noção do agir humano a extensão que justifica a caracterização como homem capaz de si que se reconhece em suas capacidades”. Trata-se de uma perspectiva em consonância com a de Butler (2015), para quem os relatos de si são sempre construídos em harmonia com as teorias do reconhecimento, a partir de normas, convenções e regimes de verdade que estão implicados na luta contínua por valorização social. Assim, “mesmo que a moral forneça um conjunto de regras que produz um sujeito em sua inteligibilidade, ele não deixa de ser um conjunto de normas e regras que um sujeito deve negociar de maneira vital e reflexiva” (BUTLER, 2015, p. 21), que se dirige a um outro. O relato de si exige um outro que se pressupõe, de forma que novas formas de subjetividade implicam também um outro relato de si e um novo pedido de reconhecimento pelo outro. “Novos modos de subjetividade” não se tornam possíveis pelo “fato de que existem indivíduos com capacidades especialmente criativas”. Isso se torna possível “quando determinado si-mesmo arrisca sua inteligibilidade e reconhecibilidade em um convite para expor e explicar as maneiras inumanas em que o humano continua a ser feito e desfeito” (BUTLER, 2015, p. 104).

É sobre esse eixo que a importância do testemunho enquanto instrumento político de fortalecimento dos regimes democráticos encontra no espaço discursivo do jornalismo um terreno fértil

de articulações possíveis. Isso porque o testemunho tem como potencialidade a viabilização pela luta da “entrada na cultura letrada das vozes de outras identidades, das vozes até então silenciadas, do texto produzido a partir de espaços externos ao poder constituído, da interpretação ‘não oficial’ da História” (MARCO, 2004, p. 48). O jornalismo baseado em testemunho teria a potencialidade de ocupar o lugar de um ator pertinente na organização da discussão política que poderia instituir formas outras de debate e discurso sustentadas na expressão de grupos silenciados. Além disso – e levando-se em consideração a dimensão ética – o testemunho é sempre acompanhado por uma demanda por justiça (RICOEUR, 2007) que se reveste em uma estratégia de autoridade, a partir da qual o “eu vi” concebido originalmente como característica do testemunhal pode ser articulado na forma de um “eu sei” (DERRIDA, 1997). Tanto o testemunho quanto o reconhecimento, contudo, possuem aspectos problemáticos que, postos em engendramento, tencionam a ideia de democratização da comunicação a partir da pluralidade de vozes.

Dentre os diversos espaços jornalísticos que buscam dar voz a grupos invisibilizados socialmente a partir do testemunho, escolhemos como objeto de estudos a revista *AzMina*, posto que se trata de uma publicação criada por um grupo de mulheres que não se via representado pelas publicações expostas nas bancas de revista e decide criar o próprio projeto editorial, voltado para leitoras de todos os tipos (“de A a Z”). A revista nasce, portanto, a partir da perspectiva de se constituir como um espaço de luta e visibilização de outras formas de performatividades de gênero que buscam reconhecimento social. Criada em 2015, em meio a um segmento de publicações digitais voltadas para o público feminino e declaradamente feministas, o que diferencia a revista *AzMina* é seu caráter jornalístico, que se aplica na estrutura profissional por trás do projeto, na diversidade de temas abordados, nos gêneros narrativos empregados – que vão de artigos a reportagens, sem se restringir aos textos pessoais característicos dos blogs. As seções da revista abordam assuntos variados, buscando incluir as pautas de mulheres diversas – negras, lésbicas, moradoras de periferias, interessadas por esporte, mães, entre outras. Assim, por meio da análise dos textos publicados pela revista, acreditamos ser possível compreender de que forma o maior expoente do jornalismo digital feminista no Brasil estabelece caminhos de interlocução e reconhecimento com as novas gerações de mulheres – uma contribuição aos estudos sobre mídia feminista no país.

O testemunho é uma das principais ferramentas de legitimação discursiva utilizada pela revista *AzMina* na articulação de suas narrativas em coadunação com as políticas de reconhecimento. A partir de um recorte que analisa as matérias publicadas sobre maternidade no período entre setembro de 2015 a maio de 2018, o presente artigo tem como objetivo analisar o uso do testemunho como ferramenta legitimadora dos discursos da publicação e como ponto de partida para a produção de reportagens. Nesse sentido, iremos analisar quais são os campos discursivos<sup>1</sup> que articulam as demandas por justiça materializadas nos testemunhos da revista e a forma como tais testemunhos se coadunam a esferas de reconhecimento de uma pluralidade de formas possíveis de maternidade. Para isso, analisaremos os textos a partir dos modelos de reconhecimento propostos por Honneth (2003): a saber, as ligações emotivas fortes, a adjudicação de direitos e o reconhecimento social. Nesse sentido, analisaremos as problemáticas em torno do reconhecimento nas articulações de vozes dessa publicação (em termos dos testemunhos que assumem o primeiro plano e aqueles que são silenciados) e as demandas por justiça e reconhecimento associadas a esses testemunhos.

A escolha pela temática da maternidade se justifica na medida em que este ainda é um campo de aguerridos embates discursivos a respeito de quais vozes devem ser reconhecidas como legítimas – a da própria mãe, a do médico, a de especialistas etc. É importante destacar que criar relatos de novas formas de matinar e novos modelos de performatividades maternas não representa apenas uma transformação

---

<sup>1</sup> Maingueneau (1989, p. 28) define campo discursivo como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência e se delimitam reciprocamente” e “inclui tanto o afrontamento direto quanto a aliança [...] entre discursos que possuam a mesma função social e divergem sobre o modo como se deve ocupá-la”.

no campo discursivo, mas contribui para a expansão do imaginário social sobre a maternidade, tornando-o mais inclusivo (AGUERO e CINGOLANI, 2018), mais focado nas múltiplas experiências femininas e menos condicionado pelas normatizações institucionais, de acordo com as esferas consolidadoras da maternidade determinadas por Rich (1995). A internet torna-se, ainda, um espaço ideal para a disseminação de experiências como essas, por oferecer horizontalidade e reproduzir as redes de apoio que as mulheres sempre construíram em suas vidas privadas e pessoais (SANTAMARÍA, 2010).

Como metodologia, utilizaremos os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa de forma a correlacionar o testemunho aos modelos de reconhecimento, concatenando as ligações emotivas fortes ao projeto editorial proposto pela revista, a adjudicação de direitos às demandas por justiça expostas no plano discursivo e o reconhecimento social ao plano dos conteúdos expostos nos testemunhos. O corpus é composto por todas as reportagens e colunas sobre maternidade publicadas pela revista AzMina entre setembro de 2015 a maio de 2018. Foram analisados, ao todo, 29 textos. Em um primeiro momento, mostraremos como os testemunhos são articulados para, na sequência, estudarmos as estratégias discursivas de apelo ao reconhecimento com o objetivo de investigarmos como são articulados, nesses testemunhos, os campos discursivos da revista e seus silenciamentos.

## Testemunho: o pessoal que é político

Antes de partirmos para uma análise de como essas narrativas são construídas, faz-se necessário compreender as definições por trás do uso do testemunho. De acordo com Lage (2013), o testemunho exibe a complexidade da prática jornalística, uma vez que, por meio dele, o jornalista, as fontes e os espectadores não mais assumem posições distintas, mas são enredados pelo mesmo texto. Além disso, frequentemente, a testemunha e os testemunhos não são expostos inicialmente, mas são costurados e mediados pelo artigo, matéria ou reportagem – “é a configuração narrativa do testemunho que nos permite experimentar o acontecimento e seus sujeitos” (LAGE, 2013, p. 81). É como se o testemunho apresentasse um “nós” e um “eles”, um grupo de vítimas e um de opressores, a partir de um pano de fundo moral (LAGE, 2013). Dessa maneira, se por um lado o texto parece assumir a função de mediar o sofrimento de outra pessoa por meio do testemunho, por outro pode dar sinais de ampliar a visibilidade e a dizibilidade de algumas populações.

De acordo com Peres (2016), o uso do testemunho pelo jornalismo permite a construção do relato de uma vivência de maneira singular e subjetiva – e nesse sentido é importante pontuar que se trata de um equilíbrio importante, já que o jornalismo, por si só, é uma atividade pautada hegemonicamente por regras de objetividade:

Entendemos que o processo de enunciação jornalística é regulamentado através de procedimentos mais generalizados e que se encontram estabelecidos em espécies de macrocódigos: a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias. E, por microcódigos, como os códigos particulares estabelecidos pelas empresas de comunicação, por exemplo, os manuais de redação, mas também os valores-notícia (critérios de noticiabilidade), que vão ser manejados e mobilizados no processo de enunciação. A dependência das fontes de informação e de opinião reduz o grau de autonomia do jornalista como autor de um texto e faz com que o discurso jornalístico seja marcado pela intercalação entre discurso narrativo e discurso citado (fragmentos da fala), na acepção de Bakhtin, que vê o discurso indireto como a transmissão analítica do discurso de outrem (VIZEU, 2003, p. 112).

Em busca da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade (valores correntes dentro da prática jornalística), o jornalista recorre, em seus textos, a ferramentas de legitimação como fatos históricos, dados estatísticos e fala de especialistas, o que confere ao texto jornalístico um efeito de haver uma polifonia de vozes, posicionando o enunciador em um lugar de mero coletor de evidências (CASADEI,

2011). O testemunho se difere desses instrumentos em seu impacto sobre o discurso e, no caso da revista *AzMina*, é bastante empregado, por isso será alvo de estudo.

Outro aspecto interessante, e que deve ser apontado a respeito do uso do testemunho na produção de reportagens, artigos e relatos em uma publicação feminista, é que, nestes casos, conforme o movimento feminista tem afirmado ao longo de sua história recente de atuação, a experiência pessoal assume um valor político. Afinal, quando vivências pessoais das mulheres são inseridas em um discurso público, carregam o poder de conferir visibilidade a experiências antes silenciadas e muitas vezes confinadas ao espaço doméstico, além de ampliar as narrativas sobre o ser mulher e o ser mãe, com o potencial de gerar empatia e transformar comportamentos sociais – “[...] as experiências pessoais são reflexo e sintoma de relações de poder que têm lugar no âmbito privado do lar, mas que se inscrevem e se sustentam em um contexto mais amplo da trama social” (AGUERO e CINGOLANI, 2018, p. 135). Partamos, portanto, para a análise de como essas experiências pessoais são inseridas nos textos da revista *AzMina* por meio do uso do testemunho.

## Por trás dos discursos: mães que testemunham

Uma boa amostra da aplicação do testemunho como ferramenta legitimadora de discursos, no âmbito da inserção da vivência de fontes e personagens, é a reportagem “Do útero ao pó” (VICENTIN, 2015a), que aborda o consumo da placenta materna pelos pais após o nascimento da criança. A matéria inclui a experiência de quatro pessoas – três mulheres e um homem – que ingeriram a placenta depois do parto e observaram benefícios da prática; por outro lado, há o depoimento de apenas uma médica, que esclarece não haver comprovação científica de tais benefícios. Assim, o testemunho de quem vivenciou a experiência ganha destaque, em oposição à fala da autoridade médica:

Viviane saliva ao se lembrar do aroma de vinho tinto, cogumelos e cheiro verde. Os temperos acompanharam o prato principal daquela noite, há sete anos: parte da placenta que saiu após o nascimento da primeira filha. “Estava uma delícia! Eu já era vegetariana, mas adorei aquela carne, saborosa e suculenta”, descreve Viviane.

[...] “Eu me senti realmente mais forte. Mas a maior diferença foi na produção de leite. Quando o Francisco estava com quase dois meses, tive que cortar as pílulas, porque meu peito estava empedrando”, conta a jornalista e blogueira Tatiana Sabadini, 34 anos.

[...] A doula Flávia Ilíada, 35 anos, também tomou as cápsulas após o nascimento de Heitor, há dois anos. “Durante o pós-parto da minha primeira filha, tive sintomas muito fortes de baby blues, aquela tristeza profunda. Isso não aconteceu na segunda vez, sentia uma força muito maior”, relata. “Até para a retomada da vida sexual creio que as pílulas ajudaram, tive disposição para o sexo muito antes.”

[...] O marido de Flávia, o consultor Julio Mariano de Carvalho, 37 anos, experimentou as pílulas. Julio participou ativamente do nascimento dos dois filhos, em casa, e considerou que o consumo da placenta era algo natural. “Foi muito bom, me senti menino de novo”, brinca (VICENTIN, 2015a).

Vale ressaltar que esses testemunhos, junto a opiniões de parteiras e doulas, figuras que representam a assistência ao parto normal, ocupam 21 dos 24 parágrafos que compõem a matéria – os três parágrafos restantes trazem informações médico-científicas que contrariam a ideia do consumo da placenta. Entre as experiências compartilhadas, há uma unanimidade: todas são positivas e atestam benefícios da prática.

Dessa maneira, independentemente das comprovações científicas do consumo de placenta, a prática pode ser compreendida como um resgate cultural feminino, relacionado a uma reconexão com rituais tradicionais e com a natureza – ações alinhadas, portanto, com os princípios do feminismo

naturalista e da maternidade ecológica, que estão entre os pilares que sustentam os discursos construídos pela revista AzMina. Contudo, é interessante compreender que, ao destacar o testemunho de pessoas que consumiram a placenta e conferir pouco espaço à autoridade médica, a reportagem não deixa de alertar sobre eventuais perigos da prática, mas sinaliza o corpo feminino como território de disputa de narrativa e de empoderamento. A autonomia dessas mulheres sobre seus processos biológicos fica em primeiro plano, com maior importância do que a validação científica do ato de comer placenta.

Um símbolo disso é a maneira como a matéria é encerrada. Primeiro, há o depoimento de uma mulher também adepta da placentofagia, que afirma: “O parto é um evento na nossa sexualidade e permite um encontro com nós mesmas muito forte. A placenta faz parte disso tudo” (VICENTIN, 2015a); bem como o de uma enfermeira obstétrica: “Essas coisas têm um valor imensurável, traduzem um cuidado que não é científico ou tecnológico, mas não menos importante para as pessoas” (VICENTIN, 2015a). Desse modo, há um reconhecimento de que a placentofagia é um costume que tem maior validade do ponto de vista tradicional e no âmbito do fortalecimento da autoestima e da autonomia feminina, em oposição a uma validade efetiva para a saúde. Com essa afirmação, e amparada sobre a experiência pessoal de mulheres, a matéria parece fortalecer a sentença de que o pessoal é político, enfatizando o poder das mulheres de tomarem decisões sobre seu corpo, seu parto e sua vida – ato profundamente político.

Os textos sobre a busca por um parto humanizado (VICENTIN, 2015b; ROCHA, 2016) e a reportagem sobre o processo de laqueadura (QUEIROZ, 2017) também incluem o testemunho de mulheres que vivenciaram essas experiências, expondo suas dificuldades, sua luta e sua superação. É o caso do trecho a seguir:

Às 2h 55min do dia sete de abril de 2014, exatamente seis anos após escutar o coração de sua primeira filha, ainda na barriga, bater pela última vez, a designer Pamela Wagnitz entrava no Hospital Carmela Dutra, em Florianópolis, para dar à luz. Depois de perder as duas primeiras gestações, ler e pesquisar sobre maternidade, ela estava decidida: dessa vez, teria um parto natural humanizado.

[...] Já em trabalho de parto, ela acabou tendo de ser transferida para um hospital que não era o de sua escolha. “Naquele momento eu sabia que tinha perdido meu parto, sabia da luta que seria lá no [Hospital] Carmela Dutra e o quão difícil seria vencer”[,] lembra.

[...] Após passar pela cirurgia, Pamela foi impedida de pegar o bebê no colo. “Tive que brigar pelo meu filho enquanto era costurada e a médica me chamava de ignorante”, lembra a designer. “Ainda tive que ouvi-la falar para o anestesista que meu útero não estava contraindo e que, se ele não desse um jeito, ela ‘tiraria tudo’” (ROCHA, 2016).

Esses testemunhos atualizam a forma de narrar e humanizam os problemas e as situações denunciados pelas reportagens. Como destacamos, podem ser interpretados como um ato em que o pessoal se torna político: ao posicionarem essas mulheres em primeiro plano, com maior destaque do que fontes técnicas e especialistas, as reportagens costumam as informações sob o olhar feminista de que o corpo feminino pertence à mulher, portanto a sua fala deve ser a que se sobressai. Trata-se de uma ação fundamental, uma vez que contribui para uma maior diversidade de relatos de processos biológicos femininos, como é o caso do parto.

O uso do testemunho nos textos sobre maternidade na revista AzMina, portanto, legitima os discursos construídos pela publicação. Também partindo da própria experiência e do próprio testemunho, repórteres e colunistas tecem seus textos na revista AzMina. Em nossa análise dos textos sobre maternidade, notamos que, em alguns casos, as próprias repórteres e colunistas iniciam relatando suas vivências para então construir seus textos. Nesse caso, a autora do texto e a testemunha se fundem em um só papel, reforçando a legitimação da prerrogativa daquela narrativa. É o caso de “Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso” (CIMINO, 2015), matéria que apresenta a criação de um projeto para acolher mulheres. A autora do texto é também a criadora do projeto e inicia a matéria da seguinte maneira:

Assim que minha filha, Vida, nasceu, passei por momentos intensos e dolorosos. Tive inúmeras dificuldades para amamentar. Quando a Vida completou 1 mês e meio, tive um abscesso mamário, passei por uma cirurgia para drenar a inflamação e a cicatrização, que se dá de dentro para fora. Fiquei com um corte aberto que demorou cerca de 1 mês para fechar.

Tive que desmamar a minha filha abruptamente. Foi extremamente desgastante pois, além do sofrimento interior, me sentia mal em dar mamadeira em público para minha filha, como se todos estivessem me olhando e julgando (CIMINO 2015).

O testemunho da autora, neste caso, serve de premissa para construir uma reflexão sobre a importância de se pensar a saúde mental das mães, além de legitimar a questão que é o foco da matéria: ao relatar o drama que enfrentou com clareza, visibiliza e expõe uma problemática que é compartilhada com muitas outras mulheres. Da mesma maneira, acompanhamos esse mecanismo no caso da produção de artigos por colunistas, como Tayná Leite com sua seção “Meu nome não é mãe”. Muitos dos seus textos partem da própria experiência da autora para gerar reflexão sobre uma questão enfrentada pelas mães. Ao expor sua vivência, mais uma vez, a autora legitima aquela problemática. Por exemplo, em “Talvez eu não seja a melhor mãe do mundo... e tudo bem!” (LEITE, 2017), a autora declara “Precisamos aceitar formas diferentes de maternar e que muitas de nós não amam a maternidade mais do que tudo na vida”. Assim, além de contestar normatividades impostas à maternagem, questiona o ideal de amor materno como instintivo e incondicional (BADINTER, 2011).

Ainda no sentido da desromantização dos discursos sobre maternidade, podemos citar o texto “Amo meu filho, mas ser mãe é treta” (AMO, 2017), depoimento anônimo de uma mulher de 21 anos que diz “Tive tanta dificuldade na maternidade que acho que quase tudo que podia dar errado deu” – ela teve de se submeter a uma cesariana, o que teria sido “a pior experiência” da sua vida; o bebê apresentou dificuldades para mamar; ela descobriu que seu marido estava saindo com uma ex-namorada, e afirma que: “[...] a ‘justificativa’ dele foi que eu vivia descabelada, de pijama, fedendo a cocô de neném e leite, 20 quilos acima do peso. Eu não me reconhecia no espelho. Ainda não me reconheço”. O relato desloca a experiência materna do campo idealizado, em que o encontro com o bebê é belo e angelical, para um terreno da realidade, em que a chegada da criança proporciona um desencontro da mulher com seu companheiro, com o mundo e consigo mesma. Essa ferramenta de legitimação se torna ainda necessária quando a pauta construída passa por um recorte específico de vivência feminina, levando em consideração o de lugar de fala. Essa ideia aponta para a importância de se considerar que a experiência feminina não é única, mas atravessada por múltiplas condições, relacionadas a idade, etnia, sexualidade, classe social etc. Não se trata, como é comum surgir em discussões sobre o tema, de uma autorização discursiva, mas do princípio de que cada pessoa se situe em sua experiência pessoal, dentro dessa matriz de dominação, para tecer determinada narrativa.

A partir desse conceito, é possível identificar um uso do testemunho na revista *AzMina* aliado ao emprego do lugar de fala, especialmente no caso das reportagens em que as próprias autoras posicionam sua experiência pessoal. É o caso do texto “Maternidade lésbica” (RODRIGUES, 2018), em que a autora Tamy Rodrigues investiga as escolhas, os tratamentos médicos e a realidade de casais de mulheres que pretendem ter filhos. Rodrigues constrói a reportagem a partir de seu lugar de fala de mulher lésbica, o que fica claro nos trechos a seguir:

[...] Será que mãe precisa ser só uma mesmo?

Apesar de ter um útero em plena condição para gerar um bebê, a natureza não me trouxe a possibilidade de fazer isso em conjunto com a mulher que eu amo, com quem escolhi dividir as belezas e os percalços da vida.

Como o nosso, há muitos outros casos de mulheres não conformadas com as limitações da “mãe natureza”. No Brasil, há pelo menos 32 mil famílias homoafetivas formadas

por duas mães (53,8% do total), segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[...] E assim, entre mitos descabidos, filas de adoção, parcerias online e apelos às novas tecnologias, a gente vai mostrando como é e sendo como pode, na luta para despir essa invisibilidade que insiste em cobrir os nossos quereres. Nós existimos, resistimos e também maternamos (RODRIGUES, 2018).

Ao se afirmar parte do grupo que retrata na reportagem, a autora parece acenar às leitoras uma espécie de permissão para abordar o tema – sendo ela uma mulher lésbica como as personagens da matéria, é como se conhecesse melhor aquela realidade e, dessa maneira, tivesse condições de retratá-la com propriedade e responsabilidade, o que se torna mais uma via de legitimação do discurso.

Outra reportagem que apresenta mecanismo semelhante é “Maternidade indígena” (DREHER, 2016), mas com algumas peculiaridades. A matéria traz informações sobre os hábitos e costumes indígenas no que diz respeito ao parto, à amamentação e à criação dos filhos. Para isso, a repórter conviveu com indígenas de sete etnias no cerrado. Após uma longa descrição acerca dos costumes das mulheres indígenas com quem conviveu, Dreher introduz um aparte com o título “Tentando me salvar”:

Era sexta-feira à noite e fazia três semanas que eu tentava entrevistar mulheres sobre o tema “O que as mães indígenas têm a nos ensinar?”, quando a indígena Tukano Daiara Figueroa, professora em Brasília e ativista dos movimentos indígenas, me disse que minha matéria era preconceituosa.

Talvez tivesse sido mais verdadeiro dizer que eu estava farta de ver minhas amigas sofrendo a pressão de serem “boas mães” e queria trazer outras formas de maternidade para ajudar no debate. Que outras formas? As tribais, por exemplo.

[...] Corta a cena. Voltamos quatro meses no tempo.

“A maternidade como a concebemos hoje foi introduzida pelos colonizadores europeus para as mulheres indígenas e negras, que tinham outras formas de organização na questão”. A frase foi publicada na matéria “Nunca quis ter filho”, aqui mesmo da Revista AzMina. De cara, me identifiquei com o título. Quando li essa frase, ela não só chamou minha atenção – ela ressoou na minha alma!

[...] Meu bisavô era índio, da aldeia, curandeiro. Perdemos quase tudo que ele sabia – desde a língua até os remédios. Só restou o cabelo preto escorrido da minha mãe, que eu costumava usar de “peruca” sempre que ela me carregava no colo encaixada na lateral do quadril (DREHER, 2016).

É interessante notar que o testemunho de Dreher a costura à reportagem de três maneiras distintas: como a repórter que vivencia costumes culturais junto às indígenas para descrevê-los no texto, e que entra em conflito com seu processo de investigação, por não querer ser preconceituosa com o relato tecido; como a mulher que reflete sobre o desejo de não ser mãe a partir da vivência indígena da maternidade; e como bisneta de um indígena, o que lhe confere elementos para pensar a condição das mulheres da reportagem e a aproxima dessas personagens, do ponto de vista da matriz de dominação.

Por ter parentes indígenas, assim como acontece com a reportagem sobre maternidade lésbica, é como se Dreher se confirmasse parte do grupo descrito e atestasse certa propriedade para abordar o assunto. Já quando afirma seu dilema pessoal com a maternidade, por um lado, justifica a premissa do texto, explica seu interesse pela pauta e um possível motivo para ter eventualmente “fetichizado” a maternidade indígena, tal qual aponta a indígena Tukano Daiara Figueroa no trecho incluído aqui. Além disso, ao relatar a preocupação em não ser preconceituosa e a conversa com a fonte que lhe apontou a fetichização, ela descortina o processo de confecção da reportagem e o esforço empregado, bem como confessa ter atuado de modo preconceituoso ao longo da investigação, mesmo que não desejasse fazê-lo. Podemos apreender que, ao apresentar esses posicionamentos, a repórter se coloca de forma vulnerável

e humana, expõe com honestidade os desafios da reportagem, de combater os preconceitos internos e da condição feminina, o que tem potencial de estabelecer um canal de empatia e identificação com as leitoras. Desse modo, por meio das diferentes formas como se insere como testemunha, a repórter legitima os discursos construídos e parece conseguir se proteger de eventuais críticas – quando reconhece a fetichização da maternidade indígena e revela o esforço para evitar esse movimento, naturalmente se protege de quem poderia acusá-la de fazê-lo.

Expostos os modos a partir dos quais a revista *AzMina* articula narrativamente os testemunhos como uma forma de legitimação do discurso, podemos conectá-los às demandas por reconhecimento na próxima seção. O testemunho se liga às necessidades de reconhecimento posto que “a autodesignação do sujeito falante se produz em relações de interlocução nas quais a reflexividade se associa à alteridade: a palavra pronunciada por uma pessoa é uma palavra dirigida a outra” (RICOEUR, 2006, p. 111). A partir disso, é possível correlacionar as formas de testemunho articuladas nas reportagens sobre maternidade na revista *AzMina* às formas de reconhecimento propostas por Honneth (2003). Para o autor, são três os princípios integradores que estruturam o reconhecimento: a saber, as ligações emotivas fortes, a adjudicação de direitos e o reconhecimento social. A partir dessas categorias, faremos a correlação das ligações emotivas fortes ao contrato comunicacional proposto pela revista; da adjudicação de direitos às demandas por justiça expostas no plano discursivo; e da orientação por valores ao plano dos conteúdos expostos nos testemunhos.

## O testemunho e as formas de reconhecimento: contrato de comunicação, efeitos discursivos e silenciamentos

Dentre os princípios integradores que estruturam o reconhecimento, o emotivo, para Honneth (2003) refere-se ao reconhecimento colocado sob a égide das relações eróticas, de amizade ou familiares. Assim, o reconhecimento nas ligações emotivas deve ser entendido “não apenas no sentido restrito que o conceito recebeu desde a valorização romântica da relação íntima sexual”, mas sim, por todas “as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas” (HONNET, 2003, p. 159). Na medida em que essa esfera diz respeito a constituição dos laços amorosos, essa análise, inicialmente, não caberia no presente trabalho.

Sobre esse aspecto, contudo, é possível tecer algumas considerações. Muito embora as relações analisadas por Honneth (2003) digam respeito a relacionamentos próximos, há, nos textos analisados, uma clara tentativa de aproximação, via reconhecimento, a um suposto público de referência. Com base nesses exemplos, é possível compreender que, ao empregar o testemunho de fontes e repórteres, a revista *AzMina* embasa os discursos que vincula sobre maternidade, e mais: parece construir um jornalismo próximo das mulheres leitoras, com o potencial de se consolidar como uma publicação que as represente e que dialogue com suas demandas, angústias e ideologias. Há, portanto, um pedido de reconhecimento nesses testemunhos, a partir de um pedido de aprovação e pertencimento a um suposto grupo de referência composto pelas autoras e leitoras.

Tal como exposto por Ricoeur (2006, p. 206), “se a correlação proposta por Honneth entre a tripartição dos modelos de reconhecimento e a das formas do menosprezo tem algum valor heurístico (...) o que aqui é traído são expectativas mais complexas que as relativas à simples integridade física”. Isso porque “a ideia normativa proveniente do modelo de reconhecimento colocado sob o signo do amor (...) parece mais completamente identificada pela ideia de aprovação” posto que “os amigos, os amantes (...) aprovam-se mutuamente”. Há, portanto, no testemunho, um pedido de aprovação por parte da revista para a leitora imaginada.

Afinal, é justamente a funcionalização do testemunho enquanto uma função de verdade que assegura, para Ricoeur (2007), as condições necessárias para a constituição dos laços societários. E é nisso, no sentido de que é apenas na pressuposição de um mundo comum, no sentido de partilhado,

em que estão instaladas tanto a crítica quanto a confiabilidade no testemunho. Para Ricoeur (2007), por exemplo, o ato de testemunhar tem consistência e sentido porque pressupomos que uma pessoa é capaz de dizer a verdade: ou seja, porque confiamos na capacidade cognitiva do outro e porque acreditamos no comprometimento moral deste que fala. É neste aspecto que está o caráter moral do testemunho e o seu estatuto como um laço de sociabilidade

Entendido por Ricoeur, portanto, como uma instituição social, o testemunho é o resultado da articulação de três momentos que podem ser expressos pelas máximas: “eu estive lá”, “acreditem em mim”; “e se não acreditarem em mim, perguntem a outra pessoa”. Esses três momentos evidenciam o caráter do testemunho enquanto uma conjuração entre a asserção da realidade e a autonegação do sujeito que testemunha, conservando em si “de um lado, a asserção da realidade factual do acontecimento relatado; de outro, a certificação ou a autenticação da declaração pela experiência de seu autor, o que chamamos de sua confiabilidade presumida” (RICOEUR, 2007, p. 172).

Ao utilizar o testemunho como estratégia discursiva, a revista AzMina apela a esse tipo de reconhecimento afetivo. No contrato comunicacional da publicação, portanto, há um tipo de convocação em que o testemunho se organiza como instância que legitima um determinado saber sobre.

O segundo eixo tratado por Honneth diz respeito às relações de reconhecimento no direito, posto que “só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro”. Assim, “apenas da perspectiva normativa de um ‘outro generalizado’, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito”, no sentido de que “podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões” (HONNETH, 2003, p. 179). Sobre esse aspecto, Ricoeur (2006, p. 213) comenta que a esfera normativa dos direitos está correlacionada às ações por reconhecimento em dois aspectos: “por um lado, no plano da enumeração dos direitos subjetivos definidos por seu conteúdo; por outro, no plano da atribuição desses direitos a novas categorias de indivíduos ou de grupos”.

Aqui, também, há uma ligação entre as estratégias de legitimação do jornalismo pelo testemunho e as demandas por reconhecimento posta sob a égide da justiça. Há, nos testemunhos apresentados, o convite à visibilização de vozes outras, ligadas a demandas por reconhecimento de direitos. É interessante pontuar que testemunho, em latim, é representado por dois termos, *superstes* e *testis*. O *superstes* tem relação com o discurso dos indivíduos ou grupos sociais que sobreviveram a um trauma ou a uma situação difícil e precisam relatar sua experiência, enquanto o *testis* diz respeito ao depoimento de um terceiro que se coloca entre duas partes, disposto a julgá-las (PERES, 2016). O primeiro caso é o que mais se aproxima do testemunho frequentemente empregado pelo jornalismo. Ele levanta questões relacionadas à ética, à memória e à linguagem no contemporâneo, mas, para Peres (2016), agrega também ao que pode ser chamado de uma atualização da forma de narrar. A autora lembra ainda que Walter Benjamin decretara a extinção da arte de narrar no período moderno com o surgimento do romance e da informação jornalística. No entanto, com as novas tecnologias, percebe-se, no jornalismo empregado por veículos como a revista AzMina, um narrador, ou melhor, uma narradora que se utiliza da experiência vivida pela outra para narrar uma situação.

Dessa forma, é possível observar que o testemunho, na revista AzMina, serve como uma instância que, no plano dos efeitos discursivos, articula demandas por justiça vinculadas às demandas por pluralidade de vozes a partir do lugar de fala. Essa pluralidade de falas, contudo, é colocada em um aspecto bastante específico, de forma a controlar a visibilização das falas em um eixo discursivo específico, conforme trataremos a seguir no eixo das solidariedades articuladas tematicamente nesses testemunhos.

O terceiro eixo, o da solidariedade, diz respeito ao fato de que, “para poderem chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam, [...] além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas”. Assim, “sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade

está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos)”. Nesse sentido, estimar-se simetricamente “significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecerem como significativas para a práxis comum” (HONNETH, 2003, p. 210). Esse nível de análise “tem como função resumir todas as modalidades do reconhecimento mútuo que excedem o simples reconhecimento da igualdade de direitos entre sujeitos livres” (RICOEUR, 2006, p. 216).

Ora, sob esse aspecto, podemos reconhecer que existem, nos testemunhos apresentados, uma base discursiva que os atravessa, de forma que não é qualquer testemunho que é validado ou reconhecido via solidariedade pela revista *AzMina*. No plano do conteúdo, o relato parece ter, aqui, a função de denunciar uma suposta normatização que prevê que as mulheres devem parir seus filhos por meio de um evento totalmente livre de intervenções médicas, ideal que se relaciona com o da vertente do feminismo naturalista (BADINTER, 2011), com a defesa de processos naturais como o parto natural e a amamentação. A esse respeito, Badinter (2011, p.86) aponta a obrigatoriedade de submissão ao aleitamento materno como uma nova fonte de pressão para as mulheres, que teria vindo à tona com a emergência do feminismo naturalista, e estaria no cerne de uma suposta “revolução materna”. É possível observar, ainda, alguns testemunhos vinculados a abordagens vinculadas à “maternidade ecológica” (BADINTER, 2011, p. X), uma corrente feminista que, se por um lado questiona as imposições sociais e industriais, por outro pode impor outras normatividades.

Assim, sob esse ponto de vista, com os testemunhos analisados aqui, pudemos identificar um questionamento do poder médico e do Estado imposto ao corpo da mulher, principalmente quando são abordados os temas das vias de nascimento, das ferramentas de anticoncepção e das formas de criação. Além disso, os textos costuram uma série de depoimentos e relatos da vivência de mulheres acerca da maternidade, o que pode sugerir um foco maior sobre a maternidade como experiência e um retrato mais humano e individual do ser mãe do que normalmente observamos na mídia convencional feminina. Contudo, ao passo que esses textos sinalizam um distanciamento da norma sobre ser mãe imposta institucionalmente, também podemos identificar o desenho de uma nova norma posicionada às leitoras do veículo. Nos testemunhos publicados pela revista, percebemos normas atravessadas pelo feminismo naturalista, que defende que a mulher adote processos biológicos e naturais para a criação de seus filhos, como o parto natural e a amamentação. Ao recusar certas normas sobre ser mãe impostas à mulher, a revista *AzMina* incentiva que a mulher adote outro conjunto de normas – mais alinhados, neste caso, aos processos naturais e menos intervencionistas.

Assim, ao pedido de reconhecimento do público por outras performatividades de maternidade pressuposto nesses testemunhos, opera a aplicação de uma nova normatividade e o silenciamento de determinados discursos. Não encontramos, nos textos estudados, relatos de mulheres que desejaram se submeter à cesárea, por exemplo, ou que optaram por outra via de nutrição de seus bebês que não a amamentação simplesmente por assim o desejarem. Por exemplo, a matéria “Indústria da cesárea aumenta violência obstétrica no Brasil” (ROCHA, 2016) divulga uma pesquisa feita pela reportagem que aponta que, em 61,5% dos casos de cesárea, o procedimento teria sido sugestão médica – e, ainda que o estudo sugira que em 38,5% dos casos a mulher teria escolhido a via cirúrgica, um dado que pode ser considerado expressivo, o texto não dá espaço para essas personagens.

No plano da solidariedade, portanto, é possível observar que o testemunho está calcado em um campo discursivo que dá visibilidade e validação para determinadas vozes, ao passo que silencia outras, revelando aspectos importantes das políticas de reconhecimento no jornalismo alternativo praticado pela revista *AzMina*.

## Considerações finais

O projeto editorial da revista *AzMina* possui a proposta de recuperar o testemunho e o lugar de fala como uma estratégia fundamental na busca por reconhecimento de outras formas de subjetivação nas lutas políticas feministas e suas estratégias de visibilização de demandas. Mais do que uma forma de

política narrativa, contudo, a articulação entre as dimensões do reconhecimento vinculadas às ligações emotivas, à adjudicação de direitos e à orientação por valores nesses testemunhos deixam entrever que há um eixo discursivo comum que articula essas demandas por escuta na maternidade, que validam mais certos tipos de feminismo em detrimento de outros (notadamente os feminismos naturalista e ecológico). É a própria vivência das autoras dos textos ou das personagens consultadas que defende os feminismos mencionados aqui. Há um silenciamento, portanto, do testemunho de vozes que sejam dissonantes desse eixo articulador, de forma que o testemunho legitimado é aquele que pertence a esse eixo central. Fica implícito que, porque a autora do texto ou a personagem vivenciou suas decisões maternas à luz de determinada vertente feminista, tem autoridade para trazer à tona essa maneira específica de criar seu filho ou de experimentar a maternidade, e é dessa maneira que tais correntes feministas são legitimadas nos textos. Embora a revista articule, em seu projeto editorial, o reconhecimento de formas plurais de performatividades e subjetividades da maternidade, a própria revista opera esse reconhecimento dentro de padrões normativos específicos a partir do uso discursivo do testemunho. Assim, em nossa análise, pudemos descortinar os discursos construídos pela revista AzMina sobre maternidade e refletir sobre os sentidos dos silenciamentos que promove. Também pudemos reconhecer as formações discursivas mediadas pela publicação e algumas vertentes feministas que ecoam de seus textos.

## Referências

AGUERO, Eva Rodriguez; CINGOLANI, Magalí. Relatos disidentes sobre experiencias de maternidad. **Estudos em Comunicação**, n. 27, v. 1, p. 127-141, dez. 2018.

AMO meu filho, mas ser mãe é treta. **Revista AzMina**, 03 ago. 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/amo-meu-filho-mas-ser-mae-e-treta/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CASADEI, Eliza Bachega. A evocação à História como estratégia de referencialidade no jornalismo. **Anais do 16º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, São Paulo, 12 a 14 de maio de 2011.

CIMINO, Thais. Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso. **Revista AzMina**, 04 nov. 2015. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/saude-mental-na-maternidade-temos-que-falar-sobre-isso/>. Acesso em: 10 set. 2019.

DERRIDA, Jacques. Fé e Saber: as duas fontes da 'religião' nos limites da simples razão. In: DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni (Eds.). **A Religião**. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

DREHER, Andressa. Maternidade indígena. In: **Revista AzMina**, 28 nov. 2016. Disponível em: <https://azmina.com.br/especiais/maternidade-indigena/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**, v. 8, n. 1, 2017, p. 277-294.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAGE, Leandro. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. **Contracampo**, v. 27, n. 2, p. 71-88, ago./nov. 2013.

LEITE, Tayná. Talvez eu não seja a melhor mãe do mundo... e tudo bem! **Revista AzMina**, 06 dez. 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/talvez-eu-nao-seja-a-melhor-mae-do-mundo-e-tudo-bem/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. **Lua Nova**, n. 62, v. 1, p. 45-68, 2004.

PERES, Ana Cláudia. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. **Galáxia**, n. 31, p. 92-104, abr. 2016.

QUEIROZ, Nana. Mulher deveria pedir autorização do marido pra fazer laqueadura? In: **Revista AzMina**, 17 abr. 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulher-deveria-pedir-autorizacao-do-marido-pra-fazer-laqueadura/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution**. New York: W. W. Norton & Company, 1995.

RICOEUR, Paul. **Percorso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Tamy. Maternidade lésbica. **Revista AzMina**, 13 maio 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/especiais/maternidade-lesbica/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

ROCHA, Isabel. Indústria da cesárea aumenta violência obstétrica no Brasil. **Revista AzMina**, 30 dez. 2016. Disponível em: <http://azmina.com.br/reportagens/industria-da-cesarea-aumenta-violencia-obstetrica-no-brasil/>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SANTAMARÍA, Lourdes Muñoz. Internet un espacio de empoderamiento de las mujeres. **Mujeres en Red**, fev. 2010. Disponível em: <http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1837>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VICENTIN, Carolina. Cinco comportamentos que pais devem adotar para acabar com o machismo. **Revista AzMina**, 13 jun. 2015a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/cinco-comportamentos-que-pais-devem-adotar-para-acabar-com-o-machismo/>. Acesso em: 24 jun. 2018.

VICENTIN, Carolina. Coisas que toda mãe está cansada de ouvir. **Revista AzMina**, 06 out. 2015b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/coisas-que-toda-mae-esta-cansada-de-ouvir/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

VIZEU, Alfredo. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. **Revista Famecos**, n. 22, p. 107-116, dez. 2003.

---

Eliza Bachega Casadei é doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e professora titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas do Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Neste artigo, contribuiu com (Apoio na concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; redação do manuscrito).

Martha Alvarez Lopes Makita é mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Neste artigo, contribuiu com (Concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito).